

DESAFIOS À CAPACITAÇÃO DO(A) ANTROPÓLOGO(A) À CONSTRUÇÃO DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS ETNOGRÁFICOS NA INTERNET¹

Matheus Cervo²

Introdução

Tornar a Antropologia “pública” tem sido um debate importante das últimas décadas para que a produção da nossa área de conhecimento se difunda em diferentes contextos e permeie debates importantes. Essa discussão tem se dado de diversas formas e em várias subáreas de pesquisa, culminando em inúmeras maneiras de expandir o conhecimento antropológico para um público mais amplo.

O debate tem avançado em questões importantes sobre o tornar a Antropologia mais pública, como: a reflexão sobre a atuação do(a) antropólogo(a) na formulação de políticas; na atuação interdisciplinar do(a) antropólogo(a) com outros profissionais em projetos específicos; no uso de meios de comunicação, redes sociais e recursos digitais variados para difundir a produção da área (entre outros possíveis de serem mencionados).

Especificamente sobre esta última questão levantada, está claro que diversos(as) antropólogos(as) tiveram uma posição pública na tentativa de disseminação de conhecimento – como Franz Boas, James Frazer, Margaret Mead, Claude Lévi-Strauss, Mary Douglas (Barofsky; De Lauri, 2019, p. 4-5). Contudo, ainda que as ações de comunicação científica tenham sido presentes durante toda a história da disciplina, pode-se perceber que esse debate ainda está em formação no que se refere à produção bibliográfica sobre esse tema e à consolidação de conceitos que definam precisamente o que se pode estudar nessa área.

Afinal, o que é comunicação científica na área da Antropologia? São muitas ações e políticas de comunicação do conhecimento antropológico que podem ser estudadas nesse campo atualmente, sendo necessário perceber a pluralidade de assuntos que são englobados por esse termo. Pode-se mencionar como comunicação científica a

¹ A oficina criada e que será exposta neste artigo só foi possível devido à contribuição da professora Jeniffer Cuty, lotada no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A aproximação com o Tainacan e com os materiais didáticos oferecidos pela equipe que dirige o desenvolvimento deste programa se deu por causa da generosidade da professora em fazer uma contribuição em outra área do conhecimento dentro da universidade.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: cervomatheus@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6913-802X>.

participação de profissionais da área em meios de comunicação (jornais, entrevistas, rádios), a construção de revistas acadêmicas em formato digital, o uso de redes sociais para difusão do conhecimento antropológico (criação de blogs; perfis no Instagram, no Facebook ou no Twitter) ou mesmo o uso de tecnologias visuais e digitais para produção e comunicação na área (criação de documentários, de *podcasts*, de exposições virtuais, de *sites*).

A bibliografia da Antropologia sobre esses diferentes objetos de estudos não é inexistente, mas pode-se constatar que ela ainda carece de precisão na delimitação de algumas pesquisas que falem sobre as especificidades de determinados tipos de comunicação científica em ambiente virtual – afinal, cada objeto possui sua peculiaridade. Entre essas pesquisas existentes, o debate sobre a utilização de ferramentas digitais para comunicação de dados antropológicos provenientes de pesquisas universitárias³ precisa ser aprofundado, ainda mais quando consideramos não só sua comunicação imediata no tempo presente da ação, mas o seu acesso no decorrer dos anos e das gerações. Em outras palavras, há poucos escritos no Brasil que falem sobre ações simultâneas de comunicação e preservação digital dos dados etnográficos que são produzidos com comunidades diversas para que eles sejam comunicados no presente e no futuro com qualidade.

É comum e consolidado que a comunicação e a preservação da pesquisa etnográfica ocorram através dos espaços *livrescos*⁴, já que são as bibliotecas e as revistas acadêmicas que tradicionalmente fazem a gestão do conhecimento universitário produzido na nossa área disciplinar e permitem sua preservação para o acesso futuro. O que ainda não é comum são debates sobre a exposição e a preservação de materiais etnográficos brutos, como os diários de campo, as entrevistas gravadas (assim como suas transcrições), as fotoetnografias, os documentos audiovisuais, entre outros. É interessante como esses materiais possuem uma importância *sui generis*, visto que a etnografia é uma forma de pesquisa que produz um denso acervo que não é utilizado em sua totalidade nas publicações acadêmicas ou não pode ser publicado nos espaços *livrescos* no seu formato original – como a voz gravada, a imagem capturada ou o

³ O uso da palavra “dados” não se refere a uma positivação do conhecimento etnográfico, mas, sim, aos acervos que são fruto dos momentos dialógicos e interativos da etnografia. Para uma melhor definição do que são dados antropológicos provenientes de pesquisas universitárias, ver o artigo “Etnografia: Saberes e Práticas” (ECKERT; ROCHA, 2008).

⁴ Aqui, refere-se ao artigo científico, ao trabalho de conclusão, à dissertação, à tese, ao livro ou o ensaio textual. Com a emergência dos sistemas eletrônicos e digitais, esses espaços *livrescos* se digitalizaram, mas mantiveram muitas de suas características tradicionais.

movimento registrado pelo audiovisual.

Paulatinamente, consolidou-se bibliografia brasileira que reflete sobre o papel dos museus no acervamento e na consequente comunicação de dados antropológicos que conformam o chamado patrimônio imaterial ou cultural (Tamaso; Filho, 2012; Tamaso; Gonçalves; Vassallo, 2019). Os textos contemporâneos dessa área temática não falam só sobre a preservação e comunicação em si desses registros, mas abordam, acima de tudo, o papel do(a) antropólogo(a) como mediador na construção de acervos compartilhados e engajados para evitar o mero colecionismo característico das fases iniciais e etnocêntricas da disciplina. Assim sendo, foi se percebendo a importância de criar bibliografia sobre as políticas e ações no campo institucional da memória e do patrimônio a fim de retomar a importância do papel do(a) antropólogo(a) em diferentes facetas deste trabalho – desde o diálogo com as comunidades, até a criação de documentação especializada e sensível sobre os materiais antropológicos que são custodiados por essas instituições.

Neste artigo, acredita-se que alguns aspectos dessa discussão podem ser trazidos para os dados de pesquisa que ficam anos ou décadas dentro da universidade ou nos acervos pessoais dos(as) pesquisadores(as)⁵. Ainda existem poucos textos que aprofundem a questão da comunicação e preservação dos dados antropológicos fora dos museus contemporaneamente, como em repositórios digitais universitários. A construção desses repositórios pode ser percebida como uma discussão específica da comunicação científica do conhecimento antropológico e, principalmente, do etnográfico, posto que ela possui peculiaridades que são diferentes do uso de outras ferramentas digitais como a criação de sites comuns ou a utilização das ferramentas contidas nas redes sociais.

Sobre as especificidades mencionadas, existe a capacitação para utilização de *softwares* específicos para criação de repositórios digitais e para produção de documentação sobre os registros antropológicos provenientes de pesquisas universitárias. Percebe-se a importância da capacitação dos(as) pesquisadores(as) da Antropologia para que eles sejam ao menos sensibilizados sobre os aspectos específicos da preservação digital dos seus dados etnográficos em repositórios. Assim sendo, é fundamental a existência de ambientes de aprendizado não só para que esses profissionais se tornem capacitados no sentido técnico do termo, mas para que haja

⁵ Menciona-se todos os tipos de pesquisas universitárias, desde iniciação científica até pós-doutorado ou pesquisas de professores.

momentos de sensibilização sobre essas questões peculiares desse tipo de comunicação científica na área. Afinal, é importante a existência de espaços para que possamos diferenciar esse tipo de construção de outras formas de comunicação. Além disso, é importante que se debata a necessidade da preservação dos dados em ambiente digital em algum repositório coletivo e não só individual e que se perceba a importância de se fazer documentação de forma profissional.

Se a “Antropologia Pública” pode ser exercida através dessas ações de comunicação científica específicas em repositórios digitais, entende-se que existe um processo de formação de competência aos(as) antropólogos(as) na base deste processo. Isso se deve ao fato de que a formação de graduação e pós-graduação em Antropologia ou Ciências Sociais raramente possui disciplinas específicas para falar sobre essas questões. Ademais, tratam-se de competências que acarretam em discussões inter ou transdisciplinares com as Ciências da Informação e da Comunicação⁶, visto que são elas que ocupam o lugar de especialidade na área de documentação, preservação e comunicação científica em ambientes digitais.

Por isso, esse artigo contribuirá com a discussão sobre a formação de competências nessa área específica a partir da análise de um relato de experiência. Desde 2016, o autor deste artigo participa como colaborador do grupo de pesquisa chamado Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), grupo que estuda a criação de bancos dos dados digitais feitos e coletados na Antropologia Urbana a partir da Etnografia da Duração (Eckert; Rocha, 2013) – uma forma específica de estudar o tema da memória e do imaginário em contextos metropolitanos. Além disso, trata-se de um grupo que tem experiência na área da Antropologia Visual desde 1997⁷, contendo um acervo vasto de fotografias autorais,

⁶ Claramente existem entrecruzamentos disciplinares com o campo da Museologia. Desde o início da disciplina, a Antropologia sempre esteve relacionada com os espaços dos museus como forma de tornar possível a preservação e o acesso aos seus registros, ainda que nem sempre tenha evitado etnocentrismos em atos de colecionismos irrestritos. Apesar de problemas existentes no passado, esse entrecruzamento disciplinar é tão forte que essa intersecção de áreas nunca deixou de ser debatida, como mostram os textos de Tamaso e Lima Filho (2012). Não é banal salientar que as reflexões antropológicas foram de suma importância para consolidação de novos paradigmas dentro da Museologia, como a Museologia Social que tem como premissa a utilização dos seus espaços como uma ferramenta de uso comunitário e participativo (MOUTINHO, 1993). Por isso, a delimitação que aqui se faz a partir das áreas da Ciência da Informação e da Comunicação se deve ao uso de ferramentas digitais para abertura de dados de um grupo de pesquisa, mas isso não apaga a relação inevitável com a Museologia (o que, certamente, poderia ser aprofundado em outro escrito).

⁷ O BIEV foi criado em 1997 e sua fundação tem íntimas relações com o Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) da UFRGS. O Navisual existe desde 1989 e, por isso, pode-se entender que esse grupo possui uma trajetória de mais de três décadas na área da Antropologia Visual.

álbuns fotográficos de famílias, imagens diversas coletadas às pesquisas, vídeos gravados em campo, sons capturados, entre outros. A maior parte deste acervo é nato-digital por ter sido produzido majoritariamente a partir do início dos anos 2000, o que culmina em reflexões específicas sobre esse repositório⁸.

Em 2020, o autor deste artigo ofertou duas oficinas em ensino remoto para sensibilização e capacitação dos membros do grupo atual para abordar dois tópicos principais: 1) o conhecimento e a utilização do *software* livre Tainacan⁹, um programa brasileiro desenvolvido para criação de repositórios digitais diversos para qualquer tipo de mídia; 2) a criação de documentação dos dados das pesquisas sendo desenvolvidas por esses(as) antropólogos(as) a partir da padronização *Dublin Core*¹⁰, assim como produção de documentação para pesquisas que estão acervadas digitalmente nos equipamentos do grupo de pesquisa. Em suma, as oficinas diziam respeito ao cuidado em organizar e criar documentação em ambiente digital e *off-line* em tabelas *Excel* e à utilização do Tainacan para criar um repositório digital na *web* – ou seja, um repositório que tem como missão a organização e a comunicação desses materiais na internet.

A partir dessas experiências de ensino e aprendizado, foram feitos diários de campo sobre o que se estava percebendo como desafios à transposição didática (Chevallard, 1981; Perrenoud, 1998) dos saberes mencionados. Isso foi feito porque se percebeu que havia desafios à transposição desses conhecimentos da área da informação e da tecnologia aos(as) pesquisadores(as) do grupo em questão, assim como havia obstáculos à transposição da discussão mais abstrata sobre a adequação dessas tecnologias para implementação de ações de comunicação e preservação dos acervos etnográficos do grupo.

Por isso, esse artigo terá duas seções. Em primeiro lugar, far-se-á uma apresentação de algumas bibliografias que delimitam esse campo específico introduzido, visto que se trata de algo ainda em formação com referências esparsas

⁸ Como exemplo disso, apenas uma pequena parcela desse acervo precisa de digitalização, uma vez que poucos registros foram feitos com tecnologias analógicas. Assim sendo, a maior parte das ações de preservação digital que se discute são específicas para os documentos que já nasceram em ambiente digital.

⁹ O software será explicado na penúltima seção deste artigo.

¹⁰ O *Dublin Core* é um esquema genérico de metadados que permite descrever vários tipos de documentos digitais, como fotografias, imagens, sons, vídeos, textos e mesmo sites na web. Ele foi criado pela *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI ou Iniciativa Dublin Core Metadados) que é uma organização de profissionais e pesquisadores que se dedica a criar padrões de metadados para serem utilizados em diferentes projetos e a desenvolver vocabulários especializados. A sua utilização é sugerida pela equipe que coordena o projeto do Tainacan, já que o *Dublin Core* permite que diferentes repositórios digitais conversem entre si por possuírem o mesmo tipo de metainformação.

sobre o tema. Não se trata de querer esgotar essa revisão, apenas mostrar algumas separações importantes que são percebidas pelo autor deste artigo. Posteriormente, discutir-se-á a questão da transposição didática que foi percebida a partir das oficinas. Almeja-se discutir a relação do saber sabido (o saber especializado do ofertante das oficinas) com o saber ensinado (o saber que possui uma didática para que ele seja transmitido nessa situação específica). Entendendo com Chevallard que há uma especificidade na transmissão de um saber adquirido, percebe-se a necessidade de transformações adaptativas para que haja uma adequada transposição dos conhecimentos aos que ainda não possuem a formação que se está ofertando.

Antropologia e repositórios digitais: um debate ainda em formação

Antes de revisitar parte da bibliografia do campo que foi delimitado na introdução, é importante perceber que a abertura de dados de pesquisa antropológica em repositórios digitais na internet se constitui como objeto que ultrapassa fronteiras disciplinares. Como há um diálogo eminente entre o campo da Antropologia com os campos da Comunicação e das Ciências da Informação, é perceptível a importância de afastar o que Edgar Morin chamou de o paradigma da simplificação – paradigma que, na visão do autor, é fundante das ciências constituídas no período da modernidade. Essa simplificação ocorreu através dos processos de disciplinamento do conhecimento em áreas bem delimitadas seguidos da hiperespecialização almejada em ambientes de formação universitária (MORIN; LISBOA, 2007; MORIN; LE MOIGNE, 2000).

A constatação dessa simplificação não significa que as disciplinas causam reducionismo simplesmente por causa de sua existência, mas que houve um efeito adverso da construção disciplinar e institucional do conhecimento que é a falta de diálogo entre as áreas. Essa falta de troca se torna ainda mais manifesta em certos objetos de pesquisa como o aqui contemplado, visto que de fato há um entrecruzamento de disciplinas para que sejam pensadas diferentes facetas do que se estuda. Por isso, acredita-se que almejar o pensamento complexo e o conhecimento multidimensional defendido por Morin é algo necessário para pensar essas relações entre saberes que podem ser de diferentes ordens de entrecruzamento¹¹.

¹¹ Atenta-se para a corrente banalização do uso da palavra interdisciplinar, algo que já foi constatado nos estudos de Olga Pombo (2006; 2008). A pesquisadora afirma que a integração de saberes é um processo complexo e difícil que pode variar entre a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, sendo necessário refletir sobre esses diferentes níveis de integração sem acreditar que há uma progressão do pior ao melhor. Neste artigo, evita-se o uso do “interdisciplinar”, pois são

Por isso, percebe-se que esses entrecruzamentos podem ser os mais diversos entre os campos do saber aqui mencionados. Dito isso, pode-se encarar alguns textos da própria Antropologia para perceber como eles realizam esse diálogo e se eles se aproximam ou se afastam da discussão colocada neste artigo na introdução.

De forma geral, percebe-se que, quando se fala de tecnologias digitais na Antropologia, dois campos com produções relevantes atualmente são o da Antropologia da Cibercultura (Segata; Rifiotis, 2016; Escobar, 2005) e o da Antropologia Digital (Miller; Horst, 2015). Esses dois campos possuem distinções entre si (assim como existem outros pesquisadores que utilizam diferentes termos para delimitar subcampos), mas o que importa é que eles possuem mais pontos em comum do que divergências quando se percebe os seus objetos de estudo e suas reinvenções da forma de fazer etnografia na Antropologia.

Esses subcampos têm uma relação muito específica com diferentes áreas de pesquisa em Comunicação. Pode-se estudar as redes sociais/mídias sociais ou a comunicação mediada pelo computador (CMC)¹² pela via da etnografia. Sarah Pink fala sobre esse campo de estudo dentro do que chama de etnografia em mídias sociais – *social media ethnography* (Postill; Pink, 2012) – e alguns outros autores fora da Antropologia tem clamado pela netnografia – *netnography* (Kozinets, 2015). Além da comunicação via dispositivos digitais diversos, pode-se estudar a mudança de relações comerciais (como processos de “descomoditização” e/ou precarização de certos tipos de produtos e trabalhos); a cultura do *software* livre, assim como as relações de poder de grupos de produção alternativa e empresas maiores; diferentes tipos de apropriação das tecnologias de comunicação e informação por grupos diversos; o uso de jogos como *Second Life* para viver outros tipos de realidades por pessoas que enfrentam dificuldades na vida presencial, etc. (Miller; Horst, 2015).

De forma geral, esse campo tem se estabelecido como uma forma de perceber fenômenos emergentes na internet por um viés qualitativo, denso e compreensivo. Isso se deve ao fato da *web* ser um ambiente muito estudado por métodos quantitativos, pois tudo é passível de numerização a partir de um acúmulo de dados gigantescos – o que reflete as emergentes discussões sobre *Big Data*. Logo, a entrada da Antropologia

estudos ainda em formação como já mencionado, sendo reflexões que perspectivam ao futuro alguma forma de integração entre as áreas dentro das universidades.

¹² A expressão ainda é utilizada hoje e é derivada de estudos pioneiros sobre conversação mediada por computador. Por isso, não se utiliza termos mais atuais como “dispositivos tecnológicos”. Para saber mais, ver: Herring, S. C. (Org.). Computer-mediated conversation, Part I: Introduction and overview. *Language@Internet*, v. 07, 2010. Disponível em: <https://www.languageatinternet.org/articles/2010>. Acesso em: 26 de jan. 2021.

nesses estudos permitiu que fosse lançado um olhar mais antropológico sobre as diferentes trocas que ocorrem a partir de ambientes digitais, percebendo as manifestações socioculturais diversas que existem nesses locais de socialização.

Assim, percebe-se que esse campo possui sua própria complexidade por aproximar campos, mas não no sentido que se almeja aqui. Em alguns escritos, menciona-se a possibilidade da Antropologia Digital estudar o uso de ferramentas para realizar ações de comunicação científica na internet (seja de dados etnográficos ou não), mas isso é mais pincelado como uma possibilidade do que realmente estudado de forma aprofundada nesta subárea. Alguns autores da Antropologia Visual¹³ se preocuparam com essa questão, principalmente pelo fato das pesquisas etnográficas feitas com recursos visuais produzirem vasto material, criando acervos de pesquisa universitária que são importantes às comunidades que participam das etnografias e à própria disciplina. Um deles é José da Silva Ribeiro (2005) e isso pode ser visto no seu texto chamado “Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação”.

Trata-se de um artigo que aborda os desafios contemporâneos da Antropologia Visual que, dentre várias questões abordadas, enfoca: 1) a questão da globalização e a “reprodutibilidade técnica” após a digitalização dos documentos; 2) a função da documentação e preservação de práticas culturais (“antropologia de urgência”) nas narrativas visuais e digitais; 3) o trabalho colaborativo da construção de coleções etnográficas de cinematecas, fototecas e museus; e, por fim, 4) a discussão sobre novos paradigmas na Antropologia a partir do uso de tecnologias digitais. Entre diversas citações que interessam ao tema aqui abordado, o autor escreve:

As tecnologias digitais tornam-se tecnologias da memória (arquivos digitais) suscetíveis de armazenar, organizar e comunicar uma grande quantidade de informação, de qualquer tipo e suporte (textos, imagens, sons, audioimagético), de fazer circular e tornar facilmente acessível e disponível simultaneamente numa pluralidade de lugares por um grande número de utilizadores – as bases de dados serão as formas simbólicas ou culturais contemporâneas, aparentemente caóticas, mas estruturadas, nas quais se podem realizar um grande número de operações básicas: navegar, ver, organizar, reorganizar, selecionar, compor, enviar, imprimir

¹³ A Antropologia Visual sempre foi uma subárea que criou tensionamentos dentro da própria disciplina. Nunca é tarde para lembrar da publicação do artigo *Visual Anthropology in a Discipline of Words* de Margaret Mead (1995) em que a autora critica a resistência dos profissionais da área em utilizar outras formas de registro que não o clássico diário de campo escrito e a monografia autoral em formato livro. Apesar da constatação, a disciplina sempre foi acompanhada por essa forma de registro. Essa apreensão pode ser inferida a partir de livros clássicos da Antropologia Visual como *Principles in Visual Anthropology* (HOCKINGS, 2009) - livro em que foi publicado o artigo de Mead -, *Visual anthropology: Photography as a research method* (COLLIER; COLLIER, 1986) e *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa* (FERRAZ; MENDONÇA, 2014).

etc. (Halbwachs, 1968; Levy 2001; Baer, 2003) (Ribeiro, 2005: 618-619)

Ribeiro aborda muitos temas diferentes sobre esse entrecruzamento de Antropologia Visual e tecnologias digitais que emergem a partir dos anos 2000. Apesar disso, pode-se dizer que parte do seu interesse está na questão dos arquivos digitais como propulsores da construção de bancos para armazenamento, organização e comunicação dos acervos da produção etnográfica visual contemporânea. Apesar de ele estar falando especificamente dos registros visuais produzidos por antropólogos(as), pode-se entender que é passível de aplicação em toda área disciplinar, porque qualquer etnografia cria acervos densos de pesquisa. Assim, é delimitada uma faceta bem específica da Antropologia com o estudo das Ciências da Informação e da Comunicação que não é a mesma da Antropologia da Cibercultura ou da Antropologia Digital.

Neste sentido, Ribeiro aborda o tema do acesso à informação nesse ambiente, pensando na preservação dos registros etnográficos e na documentação possível de ser feita. Isso difere grandemente da utilização de ferramentas de comunicação comuns e acessíveis na internet atualmente, já que se deve trabalhar na criação de acervos com documentação específica e políticas de preservação digital estabelecidas¹⁴. Isso é importante de ser mencionado, uma vez que, como afirma Moisés Rockembach (2018) – pesquisador na área de preservação de informações na *web* – perde-se informação em um nível extraordinariamente rápido na internet. As últimas duas décadas mostraram a necessidade de pensar na preservação do que está sendo colocado na *web*, visto que a efemeridade é uma característica desse ambiente. O autor menciona que 80% das páginas da internet e 11% de recursos de mídia social não estarão acessíveis depois de apenas um ano da sua disponibilização. Além disso, 13% de referências *web* em artigos científicos não estão disponíveis após 27 meses de sua publicação (Costa; Gomes; Silva, 2016 *apud*. Rockembach, 2019).

Logo, a simples divulgação dos documentos em redes sociais ou sites comuns não cumpre a Antropologia Pública que aqui se almeja debater, uma antropologia que realiza comunicação científica de forma detalhada para diferentes gerações. Há uma

¹⁴ Esse trabalho não é trivial, pois existem recomendações específicas para cada mídia feitas por instituições que são especializadas na preservação de documentos. Para a fotografia, existem as normas para padronização como Nobrade e Sepiades (PAVEZI, 2010). Existem recomendações gerais de organizações fundamentais como o *International Council of Museums* (ICOM) e o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) que devem ser levadas em consideração. Além disso, há grupos como o *Dublin Core Metadata Initiative* que propõe metadados que podem ser utilizados para qualquer tipo de mídia em ambiente digital.

falsa impressão de que a produção na *web* é mais barata e fácil, o que culmina na falta de reflexão acerca da especificidade da preservação dos documentos digitais do patrimônio etnológico e da relação deste com a própria internet. Como exemplo disso, percebe-se que uma grande referência citada por Ribeiro (2005) - o projeto HADDON, dirigido por Marcus Banks do *Institute of Social and Cultural Anthropology* da Universidade de Oxford¹⁵ – não está mais disponível para acesso na internet e não há documentação de fácil acesso para compreensão do que havia neste banco online.

Por isso, abordar o tema da transposição didática do conhecimento sobre preservação digital e repositórios na *web* é fundamental para realizar o trabalho de restituição do conhecimento antropológico produzido. A restituição foi um problema central recolocado à prática do antropólogo nas últimas décadas (Rocha; Eckert, 2014), sendo possível inferir que tanto as relações com os museus quanto com os repositórios digitais estão ligadas a essa necessidade de extroversão dos registros captados através do trabalho de campo. Argumenta-se aqui que essa necessidade de comunicação científica dos registros antropológicos pode ser feita de forma mais adequada caso primeiro haja uma preocupação com as políticas e ações de preservação desses registros para, posteriormente, ser realizada sua comunicação em plataformas com maior circulação de pessoas possivelmente interessadas nesses materiais – como as redes sociais em geral. Sem dúvida, deve-se pensar nas práticas de difusão para além da sua inserção em repositórios digitais de pesquisa, mas, caso a difusão seja feita como uma etapa primeira e principal, corre-se o risco de não serem feitas ações de preservação dos documentos.

Assim, é necessário pensar a inserção do(a) antropólogo(a) no debate sobre dados abertos que ocorre em outras disciplinas universitárias (Vanz *et al.*, 2018) – o que já sugere um movimento entre disciplinas de alguma forma. Claramente, percebe-se que há especificidades antropológicas nesta discussão de preservação dos seus documentos, e algumas pesquisas recentes tem mostrado a particularidade dos dados antropológicos e os desafios éticos para sua abertura em repositórios digitais (Carvalho, 2018).

É interessante notar que os dados etnográficos são produções densas que são resultado de um contato prolongado entre alteridades, muitas vezes em um processo colaborativo de pesquisa. Existem certas informações coletadas que apenas quem as produziu poderá descrever de forma correta, visto que o(a) antropólogo(a) é o guardião da memória daquele trabalho de campo, sendo ideal sua participação nos processos de

¹⁵ O acesso deveria ser possível através do seguinte endereço citado no texto de Ribeiro: http://www.bodley.ox.ac.uk/external/isca/haddon/HADD_home.htm. Acesso em: 22 de out. 2020.

descrição aos repositórios digitais universitários. Quando feito por outras equipes que trabalham com documentos, sem um diálogo que ultrapassa fronteiras disciplinares, muitas informações etnográficas se perdem. Esse é um dos motivos pelos quais é importante que haja uma formação de competências dos(as) profissionais da Antropologia ao invés de simplesmente transpor os seus acervos de pesquisa para grupos especialistas na área da informação.

Uma parte dessa reflexão sobre a especificidade dessas bases de dados de pesquisa universitária foi abordada na publicação do livro “A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas” de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2015) produzido no BIEV UFRGS com apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).¹⁶ Em especial, o problema aqui desenvolvido dialoga fortemente com o capítulo dois chamado “Escrituras hipermidiáticas e metamorfoses da escrita etnográfica” e o capítulo três denominado “Antropologia nas interfaces no mundo do hipertexto”.¹⁷

Essa referência aborda a possibilidade de criação de arquivos digitais não só como ferramentas de comunicação e preservação do patrimônio etnológico visual - ou seja, como formas de realizar a restituição -, como também a organização complexa da informação para inferir questões propriamente antropológicas. Por isso, o título do livro não explicita somente as coleções etnográficas em si, mas também os processos de criação a partir de teorias específicas como, no caso do BIEV, da Antropologia do Imaginário (Durand, 1996) e da Etnografia da Duração (Eckert; Rocha, 2013). Neste livro mencionado, é exposto o *thesaurus*¹⁸ do grupo entre as páginas 54 e 58: uma lista de palavras-chave que categorizam os documentos para recuperação da informação para o usuário do banco.

Logo, percebe-se que não se trata somente da criação de um arquivo que contenha formas de organização da informação de forma profissional para sua preservação, com a utilização da padronização de metadados específicos para arquivos

¹⁶ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biev/livros-e-artigos-2/>. Acesso em: 25 de out. 2020.

¹⁷ As autoras determinam o campo ainda em formação como Etnografia Hipermídia. Contudo, a Etnografia Hipermídia é mencionada em diferentes textos (não só neste livro) como um campo que aborda uma série de outros fenômenos digitais, como o uso de DVDs na primeira década dos anos 2000. Percebe-se como não há ainda um campo consolidado com conceitos bem definidos para falar sobre os repositórios digitais na área.

¹⁸ Trata-se de um termo geral proveniente das diferentes Ciências da Informação. Apesar de não serem sinônimos completamente correlatos, pode ser entendido também como “vocabulário controlado” ou “linguagem documentária” (CINTRA *et al.*, 1994).

especiais¹⁹. A criação de um vocabulário controlado proveniente de bibliografia das áreas e subáreas de pesquisa permite criar locais de consulta organizados de forma intencional e conceitual, o que faz com que a própria metodologia de pesquisa se modifique. Logo, o trabalho documental se refere também a um movimento de extrapolação da unidade autoral do(a) etnógrafo(a) para criação de coleções a partir de conceitos que unem documentos com proveniências variadas e feitos por diferentes gerações de pesquisadores.

Como um exemplo disso, o projeto do BIEV possui o vocabulário “Trabalho”. Dentro desse vocabulário, existem termos aninhados (ou seja, em uma relação de subordinação) como “Ofícios Tradicionais”, “Desemprego”, “Relações de Trabalho”, “Trabalho informal”, entre outros. Assim, todos os documentos classificados por essas terminologias podem ser acessados pela convergência que esses conceitos oriundos das Ciências Sociais criam. Logo, há de fato uma deslinearização da narrativa com a consequente diluição da autoria etnográfica de uma forma bem diferente do que a almejada em *Writing Culture* por Clifford e Marcus (1986).

Por isso, percebe-se que esse movimento está em confluência com a inteligência da complexidade de Edgar Morin (2003) – tanto por desenvolver entrecruzamentos disciplinares, quanto por pensar que a própria organização do conhecimento provoca modificações profundas no que se produz. Percebe-se que há muitas questões para serem pensadas junto de profissionais da Antropologia para que se atinjam patamares de reflexão que excedam as fronteiras disciplinares do campo, sem que se deixe de lado o que há de propriamente antropológico nos projetos construídos.

Assim sendo, segue-se à próxima seção para abordar os desafios da transposição didática de algumas das questões aqui mencionadas.

Desafios à transposição didática em uma oficina sobre Tainacan e Repositórios Digitais: um estudo de caso

Entra-se, então, na discussão sobre a transposição didática a partir de uma oficina específica que foi ofertada. Chevallard (1981), o autor que foi mencionado no início deste texto, é conhecido por estudar os desafios didáticos das escolas principalmente, pois o autor acredita que o campo da educação deveria aprofundar a discussão sobre o saber ensinado. Enquanto o professor possui o saber sabido que é o

¹⁹ Arquivos especiais é a forma como alguns estudos da informação têm chamado os arquivos que contém registros que não são só textuais, como fotografias, sons, audiovisuais, etc.

saber do especialista em algo, este mesmo mestre precisa criar formas de desenvolver o saber ensinado para que haja uma transposição didática adequada aos alunos que estão em formação.

Ainda que Chevallard estivesse interessado em contribuir para melhorar especialmente a questão didática das escolas, os seus conceitos são fundamentais para entender a questão que aqui se coloca. A oficina sobre a construção de repositórios digitais foi ofertada em um contexto específico que precisou ser considerado para que fosse pensado o saber a ser ensinado ao invés de simplesmente colocar para os participantes da oficina o saber já sabido pelo proponente da oficina. Assim, considerou-se que o *workshop* iria ser dado aos pesquisadores que estavam participando do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) em 2020 no mês de junho.

Estavam presentes tanto as coordenadoras do projeto (que possuem uma experiência longa com o trabalho de coleções etnográficas), pesquisadores que pertencem ao espaço há vários anos (que também possuem alguma experiência) e pesquisadores que estavam iniciando sua participação no grupo. A grande maioria presente pertencia ao campo disciplinar da Antropologia, especialmente da Antropologia Visual e da Imagem e da Antropologia Urbana que são subáreas deste grupo de pesquisa. Além disso, a questão etária era bem variada, existindo alunos tanto na faixa dos 20 anos quanto alunos com mais de 60 – o que é importante de ser mencionado, porque se tratava de uma oficina sobre tecnologia digital.

Claramente, uma quantidade bem significativa do grupo já possuía alguma experiência sobre o tema das coleções etnográficas, especialmente no que tange às coleções multimídia feitas em pesquisas antropológicas. Ainda, não eram todos que tinham essa competência. Ademais, era possível saber que poucos alunos (ou nenhum) possuíam uma formação mais aprofundada sobre *softwares* desenvolvidos especificamente para a construção de repositórios digitais na internet. Também poucos tinham familiaridade com quais são os problemas da comunicação e preservação digital que esses *softwares* tentam resolver com suas ferramentas. Logo, ainda que a oficina tivesse sido pensada com um espaço prático para desenvolver competências relacionadas a um programa específico para disponibilização de coleções etnográficas na internet, percebeu-se que algumas reflexões precisavam ser feitas com o grupo antes de adentrar nos exercícios práticos.

Por isso, a primeira aula foi criada com a intenção de discutir uma introdução didática ao tema para todos os diferentes participantes que estavam na oficina. Foi dito logo de início que esse seria um *workshop* prático com poucas referências bibliográficas

obrigatórias para que pudéssemos focar na formação de competência no *software*. Ainda assim, a primeira aula foi uma exposição de várias referências complementares que foram colocadas no programa de ensino para quem quisesse ler. Essas referências foram expostas pelo professor da oficina ao longo da primeira aula, pontuando somente o que se considerava necessário para a discussão feita com esse grupo especificamente.

Em primeiro lugar, foram trazidas referências sobre coleções etnográficas para quem não estava habituado ao tema. Isso foi feito principalmente porque a discussão sobre o colecionismo etnocêntrico (muitas vezes racista) é extremamente importante na história da Antropologia. Esse debate sobre coleções etnográficas foi sendo feito desde o início do campo até os dias atuais, e muitas referências interessantes foram sendo criadas sobre formas éticas e emancipadoras de criar coleções de caráter etnográfico.

Assim sendo, foi mencionado: 1) o trabalho de Eckert e Rocha (2015) como estudo da memória coletiva a partir de coleções etnográficas com auxílio do “hipertexto”; 2) três capítulos do livro “Antropologia na Esfera Pública: patrimônios culturais e museus” (Tamaso; Golçaves; Vassallo, 2019) que refletem sobre o desafio de se pensar o patrimônio imaterial de formas éticas e emancipadoras; 3) um artigo sobre os perigos de coisificação de objetos em coleções etnográficas que possuem “alma” para determinadas comunidades (Silveira; Lima Filho, 2005). Ainda que muitos desses textos (principalmente os dos últimos dois itens mencionados na frase anterior) falem sobre museus, um argumento geral foi desenvolvido aos alunos de que é possível investir no trabalho com coleções de formas não etnocêntricas e de formas que aprofundem o trabalho ético de pesquisa na Antropologia.

Contudo, logo foi iniciada uma discussão que intencionava o deslocamento disciplinar dos alunos, tema esse que era novo para a maioria dos participantes da oficina. Em primeiro lugar, foi mencionado um trabalho que mescla a questão antropológica com discussões sobre as tecnologias da informação e da comunicação: o caso de abertura dos dados na internet contidos no Museu do Índio com o *software* livre Tainacan (Martins; Carmo; Germani, 2018). Existiam duas questões neste artigo citado que interessavam ao professor da oficina para realizar a transposição didática aos alunos: em primeiro lugar, trata-se de um repositório digital que realmente foi construído na internet e que podia ser acessado por todos naquele momento – o que permitia uma experiência prática; em segundo lugar, o artigo falava sobre a especificidade desse acervo que é de um museu de Antropologia, mas focando principalmente em todos os desafios que foram enfrentados para migração desses dados ao Tainacan.

Entre diversas questões levantadas, o artigo fala sobre a diversidade de acervos existentes nesse museu (cada um com sua característica), a produção original já realizada para documentação desses acervos, a falta de padronização e regras de catalogação claras e compartilhadas pelos membros da equipe, a diversidade de *softwares* utilizados, entre outros problemas. Assim sendo, começou-se a discutir as diversas problemáticas da comunicação científica dos dados antropológicos em repositórios digitais, fazendo-os perceber as múltiplas facetas que precisam ser consideradas para uma preservação e abertura adequada dos dados. Com isso, iniciou-se uma discussão sobre maturidade tecnológica a partir de um artigo que fala sobre museus especificamente (Martins; Carmo, 2018), mas que poderia ser deslocada para compreensão dos problemas de maturação de vários outros grupos que possuem acervos.

Por isso, começou a se discutir como existem erros de gestão desses repositórios digitais como a fragmentação e inadequação dos *softwares* escolhidos, a falta de padronização de metadados (ou da própria percepção do que são metadados) e a importância de discutir o diálogo entre acervos diversos de natureza comum – o que é chamado de integração de acervos em ambiente digital. Além do mencionado, é importante citar que muitos projetos escolheram desenvolver seus *softwares* próprios com empresas privadas, e existem muitos relatos de grupos que não conseguiram dar continuidade aos seus projetos por não poder manter relações comerciais de longa duração com essas empresas. Por isso, percebe-se a importância do desenvolvimento de *softwares livres* para acervos públicos. Foi a partir desses problemas que começou a se discutir o que era o Tainacan – um dos focos principais da oficina –, uma vez que esse programa de código aberto foi desenvolvido após terem sido pesquisadas e relatadas todas essas necessidades para disponibilização dos acervos brasileiros.

Foi feito um breve mapeamento de importantes marcos que antecederam o desenvolvimento deste programa para mostrar que se trata de algo que possui sua própria duração, como: 1) a publicação das recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes do CONARQ²⁰ em 2010; 2) o Plano Nacional de Cultura e a Meta 40 que também foram lançados em 2010; 3) a formação da Rede Memorial de Pernambuco em 2011, assim como a escrita da Carta de Recife; 3) a criação da Rede de Arquivos do IPHAN. Claramente, existem muitos outros marcos que poderiam ser mencionados, mas esses foram selecionados (a partir de bibliografia produzida pela equipe do Tainacan) para mostrar que não é trivial que, em 2014, tenha

²⁰ CONARQ significa Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos.

se formado uma parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e o IBRAM para desenvolver o Tainacan com a intenção de sugerir uma política nacional de acervos digitais.²¹

Isso tudo foi mostrado aos alunos para que fosse percebida a complexidade dessas pesquisas no Brasil e como elas estão ligadas ao desenvolvimento de políticas públicas, principalmente em âmbito nacional. Com isso, foi pontuada também uma pesquisa em que se comparou diversos *softwares* livres já existentes para verificar suas ferramentas e suas lacunas, o que deu base para o desenvolvimento do Tainacan a partir da política mencionada. Isso foi mostrado não para que os alunos se aprofundassem nesse tipo de estudo (afinal, não era referência obrigatória), mas para que se percebesse a existência de uma série de pesquisas em outras áreas disciplinares. A transposição didática aqui almejada não se referia só a uma formação de competências específicas, mas apontava a uma sensibilização dos alunos para conhecimentos fora de sua disciplina, visto que, normalmente, somos ensinados a ler somente o que é da nossa área de formação.

Com isso, foi aberto um espaço para discussão. Foram feitas algumas perguntas sobre as questões de políticas nacionais de desenvolvimento dessas tecnologias e sobre a questão da integração dos acervos, o que mostrou que já estavam compreendendo que não se tratava somente de um *software*. Contudo, houve questões importantes para além do que havia sido exposto também. Uma participante falou que o programa era muito difícil de ser utilizado, porque havia tentado instalar na sua máquina pessoal para fazer testes e não havia conseguido. Alguns alunos perguntaram se o Tainacan era um programa que permitia a exibição só da documentação ou só das coleções de um determinado acervo. Essas duas perguntas mostraram como ainda havia uma necessidade e uma vontade de ver o programa em funcionamento para entender na prática quais eram suas potencialidades e suas ferramentas.

Foi com esse intuito que o final desta primeira aula foi reservado para realizar uma visita guiada ao site do Museu do Índio. Como se trata de uma referência dentro da Antropologia que já havia sido mencionada, decidiu-se expor aos alunos como era o site do museu e quais partes do site eram criadas com o Tainacan. Isso foi feito como um movimento didático para entrelaçar uma explicação mais densa com uma visita prática a um projeto que está utilizando o *software* que estávamos discutindo. Chamou-se isso de “visita como usuário”, já que a intenção era mostrar a interface de consulta para o

²¹ As parcerias também foram feitas com a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Goiás (UFG), o Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), entre outros.

grande público que pode acessar o projeto sem restrição.

Além da intenção de tornar a aula equilibrada, esse movimento foi feito porque se sabia que poucos usuários tinham familiaridade com repositórios digitais desse tipo. Logo, apresentar a própria interface ponto a ponto foi algo pensado para realizar a transposição didática nesta oficina. Assim, foi acessado o site e foi apresentada toda a interface que foi feita com o Tainacan: as telas iniciais de apresentação, as coleções que estavam em destaque nesta tela, as diferentes formas de navegação disponíveis nestas coleções, os sistemas de busca (simples e avançada), o menu de filtros para que o usuário possa recuperar a informação desejada, as formas de visualização dos itens em uma coleção que podem ser escolhidas, a interface que mostra os metadados de um item específico, entre outros.

Desta forma, foi apresentada a maioria das ferramentas do programa a partir de uma visita guiada a um projeto. Ao final da aula, uma participante disse que tinha achado boa a introdução, mas que precisava que fosse como uma “série”: que, no “próximo episódio”, fossem recapituladas várias coisas que foram apresentadas na primeira aula. Outros alunos expressaram o mesmo de outras formas: faziam perguntas para saber se haviam entendido corretamente o que havia sido exposto e falavam que precisavam entender com mais calma vários termos mencionados. De fato, essa foi a intenção de fazer essa visita guiada – apresentar toda matéria da oficina de forma prática para que, posteriormente, fossem revistos os conteúdos que os participantes não tinham tanta familiaridade.

Os maiores desafios da oficina ocorreram na segunda aula. Neste encontro, foi pedido aos participantes que vissem tutoriais que estavam no YouTube antes da oficina. Esses tutoriais foram feitos pela equipe que coordena o desenvolvimento do Tainacan, vídeos que foram feitos com a intenção de capacitar pessoas interessadas no tema. Foram passados vídeos que explicavam como criar metadados e taxonomias²² para um repositório feito neste programa, porque se intencionava começar a oficina prática por essas ferramentas. Alguns participantes (de diferentes faixas etárias) afirmaram que os vídeos não eram fáceis de serem entendidos e que não foi suficiente assistir eles para entender a utilização do *software*. Isso era esperado pelo proponente da oficina, pois os pesquisadores da Antropologia não tem uma formação em utilização de tecnologia como exposto anteriormente.

Por isso, utilizou-se a mesma estratégia da primeira aula. Adentrou-se no *software* a partir da interface que deve ser utilizada pelo gestor (com *login* e senha que

²² Taxonomias é a forma como esse programa denomina vocabulários controlados ou *thesaurus*.

foram criados aos participantes da oficina) para iniciar uma navegação guiada no repositório. Já na tela inicial, cada parte da interface foi explicada ponto a ponto para que os membros começassem a entender o desenho da plataforma e como ela podia ser navegada por eles. Ainda que o professor estivesse tentando esmiuçar com detalhe e com calma cada ponto, uma participante pediu que a navegação fosse feita mais devagar porque não estava acostumada com esse tipo de oficina – o que mostra a importância de conhecer o nível dos diferentes tipos de competência que os alunos possuem em determinado contexto.

Ainda assim, o professor continuou explicando a interface inicial do programa, mas os alunos começaram a ficar um pouco angustiados com uma série de questões. Todas elas se referiam a uma angústia em não conseguir adequar o que o grupo fazia ao programa que estava sendo apresentado, já que eles possuíam essa expectativa de trabalho com o acervo de pesquisa que possuem. O grupo tradicionalmente faz um trabalho através de pastas do sistema operacional *Windows* ou *Mac OS* em que elas são nomeadas conforme o *thesaurus* do grupo. Até a oficina, isso era chamado de coleções através de uma organização denominada como “Projeto Matriz”. A forma de trabalhar em pastas de forma *off-line* é diferente de trabalhar em um repositório *online* e, conseqüentemente, os termos que se utiliza são diferentes também – o que causava bastante ansiedade nos alunos.

Uma participante disse que estava muito confusa, após ver os vídeos enviados, sobre a transposição da ideia de coleção do grupo de pesquisa para a ideia de coleção do Tainacan. Outra aluna reforçou isso, dizendo que sentia que o programa tinha uma noção muito diferente de coleção do que era praticado pelo BIEV e que não sabia se seria possível fazer a adaptação adequada. Outro aluno disse que não conseguia ver onde iriam ficar os termos do *thesaurus* do grupo. Isso foi percebido como uma angústia porque não havíamos entrado de fato no *software* e estávamos ainda na página inicial do programa. Por isso, foi importante expor aos membros do grupo que estávamos em um processo de aprendizado crescente e que estávamos somente no início do processo de formação.

Assim sendo, compreendeu-se a importância de avançar na explicação das ferramentas do Tainacan e, simultaneamente, fazer pausas para o grupo fazer processos de assimilação e acomodação em referência ao projeto que eles já possuíam. Algumas ferramentas cumpriam funções que já eram realizadas pelo grupo de forma *off-line*, mas elas continham nomes diferentes e permitiam formas de organização da informação que não eram as mesmas das coleções criadas em pastas. Logo, para os pesquisadores que já

tinham uma formação anterior e já criavam suas coleções etnográficas, houve uma necessidade de diálogo constante para que fosse compreendida a adequação possível de ser realizada neste programa.

Houve também algumas resistências em voltar a discutir questões que vão além do *software* em questão. Um aluno expôs que o método de trabalho do grupo com coleções etnográficas era muito específico e que o programa não havia sido pensado para fazer a etnografia da duração, uma tradição do BIEV. Como sugestão, ele expôs que almejava voltar a discutir o *thesaurus* do grupo para aprimorar a organização das coleções feitas em pastas no sistema operacional do computador. Outra pessoa salientou muitas vezes que era importante discutir quais eram as limitações do programa. Foram essas provocações dos participantes que fizeram o professor repensar o saber a ser ensinado, visto que se percebia as falas que expressavam a resistência ao aprendizado de uma tecnologia e de saberes de outras disciplinas. Antes mesmo de compreender o que estava sendo passado, os alunos já mostravam esse medo que se expressava em resistência e vontade de retornar ao sistema de conhecimento anterior.

Foi nessa aula que se ressaltou a importância de se realizar um processo de mão dupla: não apenas querer colocar questões da Antropologia que o grupo produzia para o *software*, mas apreender quais os conhecimentos que o BIEV não possuía sobre a questão dos repositórios digitais. Ao longo do encontro, foi se avançando com calma nas questões propostas para o dia e, aos poucos, os participantes foram compreendendo as ferramentas fundamentais do Tainacan e como elas expressavam a discussão que foi feita no primeiro dia. A própria discussão sobre o que eram metadados foi necessária, visto que os participantes operavam com algum tipo de metainformação, mas não a entendiam desta forma.

Na terceira aula, foram feitos alguns exercícios que recuperavam questões discutidas no segundo encontro. Adentrou-se na ferramenta de taxonomias e o *thesaurus* do grupo foi criado lá neste local. Posteriormente, foi feito um exercício sobre metadados também, onde eles foram guiados a inserir no sistema alguns metadados simples selecionados – como título, autor e data. Após o exercício, foi visitado novamente o Museu do Índio para mostrar como o *thesaurus* e os metadados ficavam disponíveis ao usuário no final do processo de organização do repositório. Foi com esses exercícios que os participantes começaram a ter menos resistência e perguntar dúvidas sobre o conteúdo que estava sendo passado.

Uma participante disse que estava começando a entender os diferentes níveis de informação que existiam no *software* e a necessidade de maturidade coletiva para

trabalhar em uma plataforma como essa. Outra aluna disse que estava começando a entender a relação entre o que era feito no BIEV com o que estava sendo ensinado na oficina. Ainda assim, alguns afirmavam que estavam com dificuldade de compreender o que eram os termos e que precisavam rever as aulas para retomar o conteúdo e praticar os exercícios novamente. Por isso, foi-se avançando no *workshop*, mas sempre fazendo pausas para discussões e retomadas de perguntas. Isso foi especialmente importante, pois alguns conteúdos eram mais difíceis de serem debatidos para o nível de desenvolvimento que estavam os participantes – como a questão da padronização de metadados através de algum mapeador como o *Dublin Core*.

Foi na aula quatro que se percebeu que era importante fazer um exercício de preenchimento de metadados de alguma coleção de fotografias. Foram criados ambientes para que os alunos preenchessem uma tabela de documentação a partir de algum registro feito em uma etnografia visual. Tratava-se de uma tabela feita no software *Excel* com diferentes dados para serem preenchidos sobre algum documento etnográfico, movimento que foi realizado com finalidade didática para que os alunos aprendessem a trabalhar com metadados para além do Tainacan. Houve vários momentos de bloqueio dos alunos mesmo no preenchimento dessa tabela, bloqueios estes que são de níveis de aprendizagem diferentes.

Primeiramente, constatou-se que algumas faculdades que os alunos já possuíam estavam bloqueadas porque essas precisavam ser expressas no formato de tabela para preenchimento, espaço diferenciado dos que os participantes estavam mais acostumados. Como exemplo disso, percebeu-se a dificuldade em preencher o metadado “descrição”, espaço que foi criado para que o documento fosse detalhado pelos(as) antropólogos(as), uma vez que são somente os alunos que produziram esses documentos que sabem realizar uma descrição densa devido ao seu trabalho etnográfico. Apesar de ser uma competência basilar em todo trabalho antropológico, essa aptidão não foi expressa de forma fluida neste espaço em um primeiro momento.

Foi nesse encontro que se percebeu que quatro aulas não eram suficientes para enfrentar os desafios da transposição didática necessária em um grupo que não tem familiaridade com esse tipo de tecnologia e que possui outra forma de trabalho anterior com coleções. Foram feitos os exercícios com as tabelas do *Excel*, mas foi necessário prolongar esses momentos de preenchimento para que, posteriormente, alguns documentos fossem realmente inseridos na instalação do Tainacan no site do grupo.

Por fim, a oficina acabou mudando drasticamente a dinâmica do grupo, visto que os membros passaram a realizar encontros semanais para enfrentar os desafios da

construção do seu repositório digital na internet com esse *software*. Foi requisitada outra oficina no ano de 2020 sobre a temática e mais encontros estão sendo feitos sobre essa questão em 2021.

Conclusões

Para concluir este artigo, explicita-se que foi possível apreender a necessidade de realizar algumas discussões sobre como pode ocorrer a restituição do trabalho antropológico por meio desse tipo de projeto. Assim sendo, constatou-se empiricamente que é muito recente o debate sobre a comunicação científica dos registros antropológicos em plataformas que são específicas para a construção de repositórios digitais *online*. Logo, é recente também a discussão sobre preservação digital e criação de documentação para descrição e recuperação da informação ao usuário de um acervo disponibilizado na internet.

Iniciar um debate sobre a plataforma Tainacan permitiu que as discussões já consolidadas sobre a diluição da autoridade etnográfica fossem retomadas de outra forma, já que pensar sobre os espaços para comunicação e preservação dos dados primários feitos pelos(as) etnógrafos(as) é reinventar a figura do antropólogo como narrador. Além disso, foi debatido com os pesquisadores a necessidade de estimular as práticas de (re)uso de dados provenientes de outras pesquisas etnográficas para cruzamento de informações e aprofundamento de projetos antropológicos, situação esta que foi percebida como algo novo para algumas das pessoas que participaram do *workshop*.

Por fim, esse artigo pretendeu mostrar como os processos de transmissão de saberes e de desenvolvimento de certas competências não são diretos e envolvem um constante diálogo entre quem ensina algum conhecimento e quem o aprende. Uma oficina prática de capacitação em um *software* livre como o Tainacan permitiu que muitos debates fossem desdobrados devido à inferência de que existiam lacunas importantes de serem preenchidas e que antecederiam o processo de capacitação técnica.

A intenção maior desta escrita foi demonstrar como esse tipo de produção ainda está em fase de desenvolvimento na Antropologia de forma geral, ainda que a Antropologia Visual tenha sido enfocada por ter como característica o trabalho com diferentes tipos de mídia e pelo trabalho realizado no BIEV. Logo, acreditou-se que relatar uma experiência de ensino e aprendizagem seria uma ótima forma de demonstrar quais são os desafios para consolidação desse tipo de produção, porque a necessidade

de transmissão de conhecimento nestes projetos excede a mera capacitação técnica ou a produção escrita de bibliografia na área disciplinar.

Conclui-se que há uma necessidade de aprimorar os espaços de ensino e aprendizado na Antropologia que falam sobre a relação entre os registros antropológicos e os grupos/instituições que preservam e difundem os materiais etnográficos para que se tornem mais cotidianos os processos de documentação. Além disso, é interessante perceber as possibilidades que surgem no desenvolvimento de competência informacional e digital para o desenvolvimento de projetos de Antropologia em ambiente virtual. Essa literacia pode ser desenvolvida para que a informação não seja apenas custodiada pelos indivíduos e pelos grupos de pesquisa, mas para que ela possa ser processada e devidamente visualizada, dando à sociedade acesso aos documentos e criando inovação na pesquisa.

Por causa desses processos formativos ainda em desenvolvimento, é difícil adentrar nos debates sobre inter ou transdisciplinaridades. Esses movimentos entre disciplinas ainda são difíceis de serem concretizados, porque é preciso reconhecer os limites do conhecimento que se produz e a necessidade ecológica da universidade em apreender o que é realizado em outros departamentos para que haja retroalimentações mútuas. Seria interessante discutir na Antropologia, por exemplo, a diferença entre as áreas que contribuem para a formação das Ciências da Informação e da Comunicação (discussão diferente, mas similar ao que ocorre com as chamadas Ciências Sociais). Assim, seria possível entender como ocorre o tratamento e difusão de diferentes arquivos especiais (nome tradicionalmente dado aos arquivos que contém documentos multimídia) nessas áreas do conhecimento. Entre tantos outros, esses são alguns dos debates que ainda estão por vir.

Referências

ALMEIDA, Sónia Vespeira de; CACHADO, Rita Ávila (Orgs.). *Os Arquivos dos Antropólogos - recolhas, partilhas e futuros*. Lisboa: Gráfica 99, 2016.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BOROFSKY, Robert; DE LAURI, Antonio. Public Anthropology in Changing Times. *Public Anthropologist*, v. 1, n. 1, p. 3-19, 2019.

CARVALHO, Érika Rayanne Silva de. *Diferenças na produção, compartilhamento e (re)uso de dados: a percepção de pesquisadores da Química, Antropologia e Educação visual*. 2018. 173 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/32559>. Acesso: 28 de out. 2020.

CHEVALLARD, Yves. Pourquoi la transposition didactique. *Communication au Séminaire de didactique et de pédagogie des mathématiques de l'IMAG, Université scientifique et médicale de Grenoble. Paru dans les Actes de l'année*, v. 1982, p. 167-194, 1981.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 1994.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing the culture, the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1362/clifford_writing.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 de out. 2020.

COLLIER, John; COLLIER, Malcolm. *Visual anthropology: Photography as a research method*. Albuquerque: UNM Press, 1986. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Visual_Anthropology.html?id=fDn8CrH8gRoC&redir_esc=y. Acesso em: 28 de out. 2020.

COSTA, Miguel; GOMES, Daniel; SILVA, Mário. The evolution of web archiving. *International Journal on Digital Libraries*, p. 1-15, 2016.

DE MIRANDA DIAS, Calíope Victor Spíndola; MARTINS, Dalton Lopes. Iniciativas brasileiras em torno da construção de uma Política Nacional para Acervos Digitais de Instituições de Memória: o desafio da memória em tempos de cultura digital. *Políticas Culturais em Revista*, v. 13, n. 1, p. 16-46, 2020.

ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Antropologia da imagem no Brasil: experiências fundacionais para a construção de uma comunidade interpretativa. *Revista Iluminuras*, v. 17, n. 41, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/64571>. Acesso em: 28 de out. 2020.

ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras*, v. 9, n. 21, 2008.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia com imagens: práticas de restituição. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 2, n. 2, p. 11, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/4851>. Acesso em: 28 de out. 2020.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. O antropólogo na figura do narrador. *Revista Habitus*, v. 1, n. 2, p. 395-420, 2004.

ESCOBAR, Arturo. Bienvenidos a Cyberia. Notas para una antropología de la cibercultura. *Revista de estudios sociales*, n. 22, p. 15-35, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n22/n22a02.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

FERRAZ, Ana Lúcia Camargo; MENDONÇA, João Martinho de (Orgs.). *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/antropologia_visual_-_Ana_Lucia_Marques_Camargo_Ferraz_&_Joao_Martinho_de_Mendonca.pdf Acesso em: 28 de out. 2020.

FILHO, Izabela Tamasso Manuel Ferreira Lima. *Antropologia e Patrimônio Cultural:*

trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. Disponível em:

GOLD, Matthew K. (Org.). *Debates in the digital humanities*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.5749/j.ctttv8hq>. Acesso em: 28 de out. 2020.

HOCKINGS, Paul (Org.). *Principles of visual anthropology*. Berlim: Walter de Gruyter, 2009.

KOZINETS, Robert V. Netnography. *The international encyclopedia of digital communication and society*, p. 1-8, 2015.

KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 5, n. 2, p. 5-13, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/1095>. Acesso em: 28 de out. 2020.

MARTINS, Dalton Lopes; CARVALHO JUNIOR, J. M. C.; GERMANI, Leonardo. Projeto Tainacan: experimentos, aprendizados e descobertas da cultura digital no universo dos acervos das instituições memoriais. *TIC cultura*, p. 59-68, 2018.

MARTINS, Dalton Lopes; CARMO, Danielle; GERMANI, Leonardo Barbosa. Museu do Índio: Estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre Tainacan. *Informação & Tecnologia*, v. 5, n. 2, p. 142-162, 2018.

MEAD, Margaret. Visual anthropology in a discipline of words. In: HOCKINGS, Paul (Org.). *Principles of visual anthropology*. Berlim: Walter de Gruyter, 2009.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM*, v. 2, n. 3, p. 91-112, 2015.

MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 1, n. 1, 1993.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. *Para navegar no século XXI*, v. 2, p. 19-42, 2003. Disponível em: <http://cuidadosintegrativos.com.br/pdf/necessidade-de-um-pensamento-complexo-edgar-morin.pdf>. Acesso em: 28 de out. 2020.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A Inteligência da Complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MORIN, Edgar; LISBOA, Eliane. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PERRENOUD, Philippe. La transposition didactique à partir de pratiques: des savoirs aux compétences. *Revue des sciences de l'éducation*, v. 24, n. 3, p. 487-514, 1998.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Ideação*, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. *Sociologias*, n. 15, p. 208-249, 2006.

POSTILL, John; PINK, Sarah. Social media ethnography: The digital researcher in a messy web. *Media International Australia*, v. 145, n. 1, p. 123-134, 2012.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de

investigação. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, p. 613-648, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000200007. Acesso em: 28 de out. 2020.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da Web no contexto das Humanidades Digitais: da produção a preservação da informação digital. *Liinc em Revista*, v. 15, n. 1, p. 131–139, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v15i1.4578> Acesso em: 06 de jul. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 1, p. 7-24, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8648747> Acesso em: 6 de jun. 2021.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

TAMASO, Izabela; GOLÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone. *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. v. 53. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/146_00159932.pdf. Acesso em: 28 de out. 2020.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, p. 25-57, 2012. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Antropologia_e_Patrim%C3%B4nio_Cultural_trajet%C3%B3rias_e_conceitos.pdf. Acesso em: 28 de out. 2020.

VANZ, Samile Andrea de Souza; PASSOS, Paula Caroline Schifino Jardim; CAREGNATO, Sônia Elisa; *et al.* *Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: práticas e percepções dos pesquisadores. Relatório 2018*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/185195>. Acesso em: 25 de out. 2020.